



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002130-67.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Leandro Augusto dos Santos**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95 e, afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos, passo à imediata prolação da sentença.

Fundamento e decido.

Primeiramente, não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN, uma vez que a pretensão deduzida pelo autor refletiria em ato que só pode ser praticado pela referida entidade – suspensão do direito de dirigir.

A matéria debatida nos autos foi suficientemente discutida, não sendo apenas de direito, mas também de fato, documentalmente comprovada, autorizando o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Pretende o autor a anulação do auto de infração lavrado em seu nome, sob a alegação de que o índice encontrado na leitura do etilômetro está abaixo do limite indicado no art. 6º, inciso II, da Resolução 432 do Conselho Nacional de Trânsito.

O pedido merece acolhimento.

Dispõe o artigo 165 do Código de Trânsito:

"Art. 165 -dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

retenção do veículo, observado o disposto no § 4o do art. 270 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro.”

Referida norma deve ser interpretada em conjunto com a Resolução nº432/2013 do CONTRAN.

Observando-se o seu artigo 6º, inciso II, tem-se:

“Art. 6º A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:

(...)

II teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/l), descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I;”

Ainda, pela Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro, constante do Anexo I da Resolução supramencionada, verifica-se que da medição realizada pelo etilômetro (MR) há a subtração do erro máximo admissível (EM) para se alcançar ao valor considerado para autuação (VC).

Para tanto, observa-se também a disposição do artigo 276 e seu parágrafo único do CTB:

“Art. 276. Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165.

Parágrafo único. O Contran disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica.”

Analizados referidos dispositivos de forma conjunta, o auto de infração de trânsito de fl. 09, expedido pelo Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R. padece de inconsistência, uma vez que, quando da realização do teste de etilômetro, o resultado constatado foi de 0,06 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado e, atento ao inciso II, do artigo 6º da Resolução 432/2013, deve ser descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I, que consequentemente evidencia o valor considerado para autuação como sendo 0,01 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Portanto, sendo certo que a quantia de litro de ar alveolar expirado encontra-se abaixo do patamar mínimo estipulado para caracterização da infração administrativa prevista no artigo 165 do CTB, deve, pois, ser o auto de infração declarado insubsistente dada a sua inconsistência, consoante dispõe o artigo 281, parágrafo único, inciso I, do mesmo texto legal.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de declarar nulo o Auto de Infração AIT nº 1G901188. e, por consequência, afastar a penalidade imposta (valor pecuniário e pontuação), dele decorrente.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 27 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**